

## Interior

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CREDORES E TERCEIROS INTERESSADOS NA FALÊNCIA DE: LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ LTDA. (CNPJ nº 82.208.703/0001-74).**

Art. 99, § 1º, da Lei 11.101/2005. Processo nº 0000246-55.2016.8.16.0085

Classe: Falência

Edital expedido por determinação do MM. Juiz de Direito Juliano Albino Mânica, nos autos do **PROCESSO nº 0000246-55.2016.8.16.0085** de **FALÊNCIA** de **LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ LTDA. (CNPJ nº 82.208.703/0001-74)**, que tramita perante a 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá - com prazo de 15 (quinze) dias corridos.

O Dr. Juliano Albino Mânica, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá, Estado do Paraná, na forma da lei, **FAZ SABER** aos credores e terceiros interessados, em conformidade com o artigo 99, § 1º, da Lei 11.101/2005, que por meio da sentença proferida nos AUTOS Nº 0000246-55.2016.8.16.0085 (PROJUDI), datada de **13 de dezembro de 2017** (mov. 44), foi decretada a **FALÊNCIA DE LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **82.208.703/0001-74**, com sede à Estrada Água Amarela, s/n, KM 1, Município de Rosário do Ivaí, cuja a íntegra da decisão que decretou a falência, nos termos do art. 99, da Lei 11.101/2005, segue na sequência - **(I) ÍNTEGRA DA DECISÃO**: "I - RELATÓRIO Consta da inicial que o requerente **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS MULTISSETORIAL PRÉVIA** é credor do requerido **LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ LTDA** - ME na importância de R\$ 180.815,81 (cento e oitenta mil oitocentos e quinze reais e oitenta e um centavos), representada pela nota promissória vencida em 21/12/2015 (seq. 1.12, fl. 01), devidamente protestada (seq. 1.12, fl. 02). Com fundamento no art. 94, I, da Lei nº 11.101/2005, pede a decretação da falência do requerido em razão de seu inadimplemento. A inicial foi instruída com documentos (seq. 1.2/1.13). Citado (seq. 17.1), o requerido apresentou contestação, alegando, preliminarmente, a iliquidez da nota promissória, por não ter sido juntado o contrato que deu origem ao débito, e, no mérito, requereu a improcedência dos pedidos, condenando a autora a indenizar o réu em danos morais. Pugnou pela exibição documental (art. 396, CPC) e aplicação do Código de Defesa do Consumidor (seq. 20.1). Juntou documentos (seq. 20.2/20.4). Oportunizada impugnação à contestação (seq. 23.1). Intimadas para especificar as provas que pretendem produzir, o réu pugnou pela produção de prova pericial (seq. 29.1) e o autor requereu o julgamento antecipado da lide (seq. 31.1). Com a vista dos autos, o Ministério Público se manifestou pela desnecessidade de intervenção (seq. 36.1). O requerente se manifestou sobre o pedido de provas formulado pelo réu (seq. 42.1), pugnando pelo seu indeferimento. Vieram os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. O feito comporta julgamento antecipado, com fundamento no art. 355, I, do CPC, por versar a demanda sobre matéria exclusivamente de direito, estando as questões fáticas incontroversas e documentalmente demonstradas. Requer o réu a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Para tanto seria necessário, antes, perquirir a respeito da relação jurídica que deu causa ao crédito representado na nota promissória acostada aos autos (seq. 1.12), para só então avaliar se esta relação está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor ou não. No entanto, esta análise é impertinente no caso em mesa, eis que o objeto dos autos se trata de título de crédito, que, por definição, é um título formal e abstrato, regido pelo princípio da autonomia, o que significa dizer que é irrelevante o motivo que lhe deu origem. Logo, restando prejudicada a análise do pleito de aplicação do ordenamento consumerista ao caso, rejeito este pedido. Requer a parte ré seja determinado ao autor que exhiba todos os documentos relativos à relação negocial firmada entre as partes, nos termos do artigo 396 e seguintes do CPC. A fim de evitar tautologias, remeto-me, neste ponto, às razões expostas no item anterior, e rejeito o pedido de exibição documental, dada sua impertinência. Aduz o requerido que falta liquidez à nota promissória, tendo em vista que esta não veio acompanhada de documentos que indiquem a origem do débito nela representado. Contudo, não lhe assiste razão. Isto porque, o Código de Processo Civil é expresso ao considerar a nota promissória como título executivo extrajudicial (art. 784, I, CPC) e, como tal, dotado de certeza, exigibilidade e liquidez. Tal não bastasse, a nota promissória, como título de crédito que é, é informada pelos princípios da cartularidade, literalidade e autonomia. Este último, relevante para o deslinde desta questão, subdivide-se em dois subprincípios, quais sejam, o da abstração e o da inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa-fé. Especificamente quanto ao subprincípio da abstração cambiária, aplicável ao caso, tem-se que, segundo a lição de Elifábio Bellote Gomes, "pode ser definida como a desvinculação de um título de crédito em relação ao negócio jurídico que motivou a sua criação" (Manual de Direito Empresarial, 2. ed. em e-book baseada na 5. ed. impressa, 2015, Editora Revista dos Tribunais). Logo, conforme já dito alhures, é desnecessária a juntada do contrato que deu causa ao débito estampado na cartula de crédito, posto que impertinente para o deslinde do feito, dada a autonomia e abstração daquela. A Lei n. 11.101/2005 em seu art. 94, I, preceitua que: Art. 94. Será decretada a falência do devedor que: I - sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência; Ainda, o art. 96 do mesmo diploma legal dispõe que: Art. 96. A falência requerida com base no art. 94, inciso I do caput, desta Lei, não será decretada se o requerido provar: I - falsidade de título; II - prescrição; III - nulidade de obrigação ou de título; IV - pagamento da dívida; V - qualquer outro fato que extinga ou suspenda obrigação ou não legitime a cobrança de título; VI - vício

em protesto ou em seu instrumento; VII - apresentação de pedido de recuperação judicial no prazo da contestação, observados os requisitos do art. 51 desta Lei; VIII - cessação das atividades empresariais mais de 2 (dois) anos antes do pedido de falência, comprovada por documento hábil do Registro Público de Empresas, o qual não prevalecerá contra prova de exercício posterior ao ato registrado. Assim, para decretar a falência devem estar presentes, concomitantemente, as seguintes condições: a) obrigação líquida não paga; b) débito superior a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência; c) título executivo; d) inexistência de relevante razão para o inadimplemento; e) protesto do título. No caso vertente, constata-se que foram preenchidos todos os requisitos objetivos demandados pela lei, eis que a dívida, consubstanciada em nota promissória emitida pela ré, excede em muito o valor de 40 (quarenta) salários-mínimos, bem como foi devidamente protestada, sendo que não houve pagamento pontual no vencimento do título. Não há, por outro lado, uma única matéria obstativa da decretação da falência almejada, consoante art. 96 da Lei de Falência, sendo certo, ainda, que não houve a realização do depósito elisivo, o que torna inexorável, em consequência, a quebra da empresa ré. No mais, quanto ao pedido de condenação da parte autora a indenizar o réu em danos morais, não restou comprovada a prática de qualquer conduta ilícita pelo autor, de modo que não é possível vislumbrar a ocorrência de dano moral indenizável, não tendo o réu sequer indicado em que consistiria este dano ou os atos do requerente que o ensejou, sendo imperativa a rejeição deste pedido. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial, com esteio no inciso I, do art. 94 da Lei n. 11.101/05, para o fim de DECRETAR a falência da empresa **LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ LTDA - EPP**, sociedade empresária limitada estabelecida na cidade de Rosário do Ivaí/PR, sita à Estrada Rosário do Ivaí à Água Amarela, KM 01, Água do Péssego, CEP 86.850-000, inscrita no CNPJ sob o nº 82.208.703/0001-74, cujos administradores são **ADEMAR ALVES DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação de bens, natural de Grandes Rios/PR, nascido em 30/07/1967, portador do CPF nº 614.344.939-20 e do RG nº 33.387.872-3 SSP/PR e **BIANCA ALVES DA SILVA**, brasileira, empresária, solteira, natural de São Paulo/SP, nascida em 22/12/1994, portadora do CPF nº 093.332.309-39 e do RG nº 12.555.171-8 SESP/PR, e cujo objeto social é "Fabricação de laticínios, Comércio atacadista de leite e laticínios, Comércio varejista de laticínios e frios e Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional." Fixo, como termo legal desta falência, a data da distribuição desta ação, qual seja, 10 de março de 2016, sem prejuízo de poder retroagir em face de elementos ainda a serem obtidos. Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra o falido, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6 da Lei 11.101/05, e as execuções de natureza fiscal. Intime-se a falida, para que apresente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para que eventuais credores apresentem declarações e documentos justificativos de seus créditos. Expeça-se ofício ao Cartório de Registro de Imóveis solicitando informações quanto a possível existência de bens registrados em nome da falida. Proceda-se da mesma forma através do sistema RENAJUD. Expeça-se ofício endereçado à Junta Comercial a fim de que esta proceda à anotação desta falência no registro da devedora, constando a expressão "Falido", a data da decretação da falência, e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei n. 11.101/05. Intime-se a parte autora para que informe se possui interesse em assumir o encargo de síndico da massa. Intimem-se as Fazendas Públicas Federal, do Estado e do Município, por carta, para que tomem conhecimento da falência ora decretada. Intime-se a representante do Ministério Público pessoalmente. Publique-se edital contendo a íntegra desta decisão e a relação dos credores (Lei nº 11.101/05, art. 99, parágrafo único). Sucumbente, condeno a falida a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios do patrono do autor, fixados estes, em atenção ao artigo 85, §2º, do CPC, em 10% do valor atualizado da causa, considerando o grau de zelo profissional, o trabalho realizado, o tempo exigido para o feito e a natureza da demanda. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se as disposições do Código de Normas. Demais diligências necessárias. Grandes Rios, data e hora de inserção no sistema Projudi. Vivian Hey Wescher. Juíza de Direito". O feito foi redistribuído à 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá em razão da criação das varas especializadas em Direito Empresarial, falências e recuperações empresariais, no âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da Resolução nº 426, de 7 de março de 2024. Ao ev. 343, em decisão saneadora proferida pelo d. Juízo competente, a Auxíliia Consultores, inscrita no CNPJ nº 41.566.863/0001-08, com matriz na Av. Dr. Gastão Vidigal, n. 851, sl. 04, Jardim Aclimação, Maringá-PR, telefone (44) 3225-9433 e endereço eletrônico contato@auxiliaconsultores.com.br, foi nomeada como Administradora Judicial, tendo aceitado o encargo ao ev. 354. **(II) RELAÇÃO DE CREDORES**: a seguir, em cumprimento à segunda parte do §1º, do art. 99, da Lei 11.101/2005, colaciona-se a relação de credores apresentada pela falida ao ev. 282: **CREDORES TRABALHISTAS (art. 83, I, LRF)**: **JOÃO HENRIQUE GARCIA**, 101.176.289-72, R\$ 2.127,58; **ADEMIR ALVES DOS SANTOS**, 031.728.969-19, R\$ 5.276,05; **ADEMIR DA LUZ DE FARIA**, 057.189.859-95, R\$ 2.083,04; **ADILSON PROENÇA DA SILVA**, 097.257.719-07, R\$ 1.175,72; **ADIR MAZIEIRO**, 724.285.209-97, R\$ 5.174,40; **ADIR PEREIRA**, 015.944.829-85, R\$ 2.917,20; **ADRIEL AP. MACHADO**, 060.240.499-19, R\$ 1.632,54; **AILTO POLEZ**, 569.132.229-04, R\$ 7.605,12; **AILTON CIRINO DE LAIA**, 964.107.799-68, R\$ 1.090,68; **ALCIMAR DA SILVA**, 060.784.259-89, R\$ 32,76; **ALEX SGARABOTO LOPES**, 041.265.549-71, R\$ 5.637,74; **ALTIELE BATISTA FONTOURA**, 077.264.529-94, R\$ 3.439,62; **AMILTON GOMES PEREIRA**, 067.553.009-18, R\$ 5.514,63; **ANA LUCIA BATISTA CARNEIRO**, 057.395.469-07, R\$ 2.636,04; **ANGELIN DOMINGUES CASTRO**, 587.162.709-91, R\$ 1.898,26; **ANTONIA DA LUZ DE PAULA**, 071.293.779-09, R\$ 522,34; **ANTONIO BENTO CORREIA**, 641.922.379-20, R\$ 521,60; **ANTONIO DE SOUZA COSTA**, 559.624.249-72, R\$ 1.807,26; **ANTONIO LINHARES**, 024.914.309-75, R

\$ 560,56; APARECIDA DA CONCEIÇÃO SOARES, 098.165.029-50, R\$ 2.996,72; AROLD RODRIGUES CAMARGO, 506.453.829-49, R\$ 1.899,76; BENEDITO CLAUDIO DE LIMA, 059.205.338-54, R\$ 1.365,25; CACILDA APARECIDA DE LARA, 018.417.959-92, R\$ 6.068,68; CARLOS DOS SANTOS, 016.502.369-48, R\$ 14.471,41; CARLOS STABILE GUIDES, 954.078.559-68, R\$ 10.124,24; CECILIA GONÇALVES FARIA, 465.564.789-20, R\$ 2.291,72; CELSO AP. PINTO, 667.826.279-49, R\$ 3.730,78; CLAUDEMIR DEL BIANCO, 942.307,6, R\$ 2.015,25; CLAUDEMIR FARIA, 062.182.999-45, R\$ 3.258,04; CLAUDEMIR FIORINI, 608.421.489-49, R\$ 3.240,29; CLEOMIR RIBEIRO SANTOS, 032.159.199-23, R\$ 1.599,78; CLEUSA TEIXEIRA DE SOUZA FERREIRA, 025.901.819-81, R\$ 420,90; CLEVERSON GONÇALVES FARIA, 108.624.499-01, R\$ 5.546,00; CLODOALDO ROD. MACHADO, 049.929.239-17, R\$ 1.938,06; DANIELA ANTUNES NOGUEIRA, 072.154.669-22, R\$ 1.350,44; DARCI FRANCISCO MATEUS, 528.555.119-69, R\$ 7.813,08; DAVI DOS SANTOS IZAIAS, 348.333.938-83, R\$ 3.312,14; DAVI RODRIGUES CAMARGO, 506.453.409-44, R\$ 1.486,04; DEVAIR FAUSTINO DE OLIVEIRA, 532.400.499-53, R\$ 904,65; DINIZ PLATH, 474.712.479-91, R\$ 12.265,92; DIULETE FARIA, 044.813.519-18, R\$ 3.019,28; DIVINO XAVIER DA SILVA, 806.451.199-20, R\$ 7.030,56; DORACI DE OLIVEIRA BATISTA, 396.426.669-87, R\$ 4.599,74; EDERALDO ANTUNES, 144.512.659-16, R\$ 3.055,78; EDIVALDO FELES DE FARIA LOPES, 061.043.299-00, R\$ 6.117,69; EDVALDO BATISTA, 052.993.669-06, R\$ 3.876,12; ELAINE DE MORAES PRESTES CAMARGO, 074.404.079-54, R\$ 724,96; ELCIO DOS REIS MACHADO, 563.760.579-34, R\$ 4.289,34; ELIAS MARCIANO DE FREITAS, 731.133.879-49, R\$ 527,68; ELIDIANE DE PAULA, 087.077.419-01, R\$ 1.465,10; ELIVELTON GABIAT, 116.517.799-45, R\$ 54,60; ELIZIA PEREIRA MENDES MARTINS, 039.096.589-89, R\$ 2.489,02; ELTON RONI NUNES CARVALHO, 069.352.879-60, R\$ 10.050,37; ERICH OTTO HENRITT JUNIOR, 031.458.649-87, R\$ 1.297,28; EUDES MENDES BETIM, 717.004.479-04, R\$ 1.370,16; EVERTON GODOY PAES SANTANA, 061.045.529-00, R\$ 2.393,30; FABIO ANTUES, 050.232.569-01, R\$ 5.866,10; FABIO HENRIQUE FERNANDES, 130.471.779-88, R\$ 2.141,20; FABIO SALOMÃO DA COSTA MATOS, 020.604.149-70, R\$ 20.063,40; FRANCISCO ROCHA, 031.150.729-88, R\$ 8.553,52; GEAN CASSIANO FARIA DOS SANTOS, 086.382.079-48, R\$ 1.026,48; GERONIMO SOBRINHO, 743.035.389-49, R\$ 720,72; GUILHERME DE OLIVEIRA GOMES, 123.210.619-44, R\$ 1.652,03; HÉLIO APARECIDO DA SILVA, 004.370.599-52, R\$ 1.183,99; ILMA AP. DA SILVA, 809.340.139-34, R\$ 1.272,18; ILSON PEREIRA RODRIGUES, 916.381.359-91, R\$ 3.955,26; IRENE DOS SANTOS, 056.074.489-75, R\$ 3.241,42; IRINEU VIEIRA DA SILVA, 708.586.919-49, R\$ 1.285,39; IVANETE MARIA WANSCHER, 085.039.699-98, R\$ 1.592,50; IVONETE GARCIA DOS SANTOS, 077.619.859-95, R\$ 3.728,04; IVONETE SOUZA SILVA, 032.641.359-65, R\$ 1.908,39; JANAINA MOREIRA DOS SANTOS PIRES, 041.173.759-70, R\$ 3.261,44; JOÃO MARIA DA CRUZ, 082.783.759-33, R\$ 655,20; JOÃO MARIA DOS SANTOS, 113.741.069-84, R\$ 571,48; JOAQUIM MENDES, 033.804.989-47, R\$ 1.568,84; JOCELIA FARIA SANTOS, 060.785.619-01, R\$ 1.581,58; JOCIMARA KRUEMER KURILO, 023.200.899-00, R\$ 2.746,38; JONAS DE JESUS MARTINS, 034.796.159-29, R\$ 1.490,78; JOSÉ ANTUNES TEIXEIRA, 038.361.799-54, R\$ 2.672,92; JOSÉ CARLOS ALENSKI, 063.751.219-73, R\$ 2.923,40; JOSÉ CARLOS BATISTA, 694.776.479-34, R\$ 2.293,39; JOSÉ FERREIRA DA CRUZ, 061.043.489-63, R\$ 1.327,38; JOSÉ MENDES BUENO, 890.129.259-91, R\$ 571,48; JOSE ROBERTO DA SILVA, 011.068.049-96, R\$ 984,52; JOSE RODRIGUES CAMARGO, 005.164.369-37, R\$ 6.369,18; JOSÉ VALDECIR OLIVEIRA, 806.438.099-53, R\$ 2.198,56; JOSIANE APARECIDA RUIZ DOS, 004.112.089-26, R\$ 10.298,36; JULIANO CESAR ALENSKI, 092.248.049-42, R\$ 5.171,88; JULIO CESAR FARIA, 112.271.899-31, R\$ 3.956,60; LAUVIR ZULIAN, 018.055.539-17, R\$ 9.706,44; LEANDRO DE JESUS OLIVEIRA, 074.954.999-82, R\$ 1.013,74; LEANDRO DE OLIVEIRA GONÇALVES, 109.817.699-50, R\$ 2.045,68; LEANDRO HENRIQUE DA SILVA, 095.075.789-60, R\$ 814,83; LODIR MENDES ANDRADE, 916.462.609-10, R\$ 1.899,30; LOURENÇO DOS SANTOS, 039.864.519-19, R\$ 3.392,90; LUCAS VINICIUS RUIZ DOS SANTOS, 088.847.409-16, R\$ 1.155,38; LUCIANE BASTIAN HARBACH, 012.193.139-04, R\$ 5.743,40; LUCIANO RODRIGUES CAMARGO, 088.875.169-95, R\$ 2.240,70; LUIS OLIVEIRA DE JESUS, 059.060.439-26, R\$ 1.852,76; LUIZ CARLOS DE MORAES, 023.144.699-33, R\$ 7.589,28; LUIZ CARLOS VIDAL, 049.934.669-60, R\$ 4.543,96; MARCIO ADRIANO MAGRIN, 035.177.889-61, R\$ 10.896,00; MARCIO OLIVEIRA MENDES, 046.069.899-04, R\$ 4.301,44; MARCOS RAFAEL GLUFKA, 022.121.649-98, R\$ 1.652,03; MARIA DO CARMO ADRIANA FIALHO EDENILSON FERNANDES, 046.559.489-14, R\$ 14.024,00; MARIA ROSA WILHERME HENKE, 039.689.979-05, R\$ 1.987,44; MARIA TEREZINHA LUCAS DE OLIVEIRA, 120.436.578-44, R\$ 6.331,78; MARILEIDE AMBROSIO, 063.989.269-86, R\$ 842,80; MARLENE DA SILVA JANUÁRIO PEREIRA, 049.090.639-78, R\$ 7.143,08; MARLETE DE SOUZA ANJOS, 059.047.999-77, R\$ 1.880,06; MATEUS SILVERIO MARQUES, 012.469.359-88, R\$ 3.970,82; MAURO DOS ANJOS MOREIRA, 032.126.899-78, R\$ 2.335,76; MESSIAS ANTONIO DE VIVEIROS, 619.591.039-20, R\$ 2.706,18; MILTON CEZAR DOS SANTOS, 916.461.979-68, R\$ 2.393,64; NADIR DE JESUS FREITAS, 036.413.729-09, R\$ 3.914,44; NEILLI GONÇALVES, 083.757.149-92, R\$ 5.501,04; NELSON PAULINO, 043.000.539-36, R\$ 4.133,22; NEUDES VENANCIO MARTINS, 535.768.619-04, R\$ 6.910,88; NILDA NASCIMENTO DE PAULA, 057.572.599-06, R\$ 96,46; NIVALDO MAZIEIRO, 487.140.899-04, R\$ 5.085,64; NIZAL APARECIDO JULIO, 056.629.019-70, R\$ 1.090,18; NOEL LIBANIO SANTOS, 459.609.419-53, R\$ 1.075,62; ODAIR MONTEIRO, 038.524.729-03, R\$ 5.384,32; ORALINDO LOPES UHREN, 026.502.699-79, R\$ 1.876,29; PAULO CESAR DE GODOY, 031.097.329-55, R\$ 1.704,07; PAULO EDUARDO DA SILVA DE MELLO, 142.080.219-42, R\$ 2.488,38; PAULO NUNES, 027.241.529-48, R\$ 5.060,96; PAULO TEIXEIRA LOPES, 806.440.829-68, R\$ 5.548,80; PEDRO DE MELLO ALVES, 603.683.309-15, R\$ 3.504,32;

RAFAELA CLIMACO MARTINELLI, 081.967.469-97, R\$ 1.497,89; RENATO LEOPOLDINO, 070.997.909-60, R\$ 2.329,60; RENATO LUIS HARTINGER, 508.709.559-34, R\$ 7.285,00; RENATO VANES COSTA, 135.051.409-88, R\$ 3.292,80; ROBERTO DE RAMOS, 622.094.859-91, R\$ 1.119,30; ROBSON MELQUIADES FERNANDES, 033.925.419-07, R\$ 8.864,86; RODRIGO PEREIRA GOMES, 099.653.989-17, R\$ 4.679,86; ROSA PIMENTEL DA SILVA - JOSÉ DENIR, 042.343.869-79, R\$ 4.382,28; ROSANA AP. CAMARGO RIBEIRO, 678.938.219-49, R\$ 409,50; ROSENILDA BUENO DE GODOI, 060.207.269-75, R\$ 816,66; ROSNEI DA CONCEIÇÃO SOARES, 098.484.829-03, R\$ 1.526,56; ROZANA GONÇALVES FARIA DOS SANTOS, 050.174.199-26, R\$ 1.994,68; RUBENS DE PAULA, 071.900.478-08, R\$ 3.735,86; RUBENS FERNANDES, 022.846.859-00, R\$ 20.606,04; RUBENS FERNANDES, 022.846.859-00, R\$ 25.911,84; SEBASTIÃO ANT. LOPES, 699.291.659-91, R\$ 5.968,00; SIDINEI EZEQUIEL DO COUTO, 006.713.039-96, R\$ 2.668,76; SILVANI FIORESE, 004.643.659-61, R\$ 5.429,44; SILVIA MORAES, 154.573.758-46, R\$ 5.353,51; SIMONE DA CRUZ LEMES, 105.207.129-51, R\$ 4.573,66; SIMONE INQUEBOLD SOUZA ZAMPIVA, 082.845.379-90, R\$ 12.297,08; TEREZA APARECIDA DOS SANTOS, 071.694.179-10, R\$ 1.789,06; TIAGO FERNANDES PICINNI, 094.613.824-99, R\$ 6.813,12; VALDEMAR SILVÉRIO DA SILVA, 660.069.109-34, R\$ 5.902,62; VALDINEI DE ALMEIDA RODRIGUES, 051.122.969-09, R\$ 2.814,94; VALDINEI RODK, 060.245.249-00, R\$ 2.751,84; VALDINEI RODRIGUES, 071.217.809-09, R\$ 6.294,24; VALDIVIO PEREIRA PENHA, 599.793.809-34, R\$ 5.228,30; VALÉRIA DOS SANTOS GLUFKA, 000.421.329-95, R\$ 4.183,34; VALMIR GONÇALVES FARIA, 031.646.399-02, R\$ 3.464,84; WANDERLEY AP. RODRIGUES, 451.304.189-72, R\$ 7.570,96; WESLEY DA SILVA TEIXEIRA TURRA, 073.106.819-08, R\$ 4.606,80; WILSON BISCAIA PEREIRA, 006.893.369-00, R\$ 10.574,70; WILSON MARINS MARTINS, 025.165.729-99, R\$ 1.194,00. **TOTAL DA CLASSE TRABALHISTA: R\$ 644.717,22. CREDORES TRIBUTÁRIOS (art. 83, III, LRF):** ESTADO DO PARANÁ, 76.416.940/0001-28, R\$ 10.490.711,13; UNIÃO, 00.394.460/0001, R\$ 704.064,49. **TOTAL DA CLASSE TRIBUTÁRIA: R\$ 11.194.775,62. CREDORES QUIROGRAFÁRIOS (art. 83, VI, LRF):** BANCO BRADESCO, 60.746.948/0001-12, R\$ 885.080,23; BANCO DO BRASIL, 00.000.000/0001-91, R\$ 628.355,83; FIDC MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA VI RESPONSABILIDADE LIMITADA, 26.405.883/0001-03, R\$ 33.071,66; PETRA PERSONAL TRADER, 11.823.118/0001-36, R\$ 186.575,68. **TOTAL DA CLASSE QUIROGRAFÁRIA: R\$ 1.733.083,40. TOTAL GERAL: R\$ 13.572.576,24. (III) ADVERTÊNCIAS:** o §1º, do art. 7º, da Lei 11.101/2005, confere aos credores o prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da publicação do presente edital (art. 99, §1º, Lei 11.101/2005), para que apresentem, ao Administrador Judicial, suas habilitações e/ou divergências quanto aos créditos relacionados pela devedora. Para tanto, o credor, primeiramente, poderá preencher formulário disponível no site eletrônico da Administração Judicial (<https://www.auxiliaconsultores.com.br/modelos.php>) e, na sequência, seguir o contido no Art. 9º da Lei 11.101/2005, o qual dispõe que: "A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter: I - o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo; II - o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação; III - os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas; IV - a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento; V - a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor. Parágrafo único. Os títulos e documentos que legitimam os créditos deverão ser exibidos no original ou por cópias autenticadas se estiverem juntados em outro processo". As habilitações e/ou divergências de crédito deverão ser encaminhadas, tempestivamente, diretamente à Administradora Judicial **AUXILIA CONSULTORES LTDA.**, para o e-mail: [contato@auxiliaconsultores.com.br](mailto:contato@auxiliaconsultores.com.br), com o assunto "**HABILITAÇÃO/DIVERGÊNCIA FALÊNCIA - LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ**". Não devem ser apresentadas divergências ou pedidos de habilitações nos autos principais do processo. E, para que ninguém no futuro venha a alegar ignorância expediu-se o presente Edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Maringá, Estado do Paraná, aos xx de sentença de 2025. Eu, (Anastácio Borges dos Santos Jr, Chefe de Secretaria), o digitei e assineo.

-assinatura Digital-  
JULIANO ALBINO MÂNICA  
Juiz de Direito

3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá/PR